

Empoderamento freiriano e decolonialidade: caminhos para processos formativos no uso das redes sociais digitais por um grupo feminista

Marina Prado Gomes

Introdução

Este capítulo é oriundo de uma dissertação de mestrado acadêmico em educação desenvolvido na Universidade Federal de São Paulo (Brasil), sob orientação da Profa. Dra. Lucila Pesce. O estudo destaca as profundas transformações provocadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na sociedade contemporânea, sobretudo nos grupos sociais e o uso das redes sociais digitais, relacionando os processos formativos oriundo das conexões em rede que envolvem as temáticas do Feminismo, Empoderamento Freiriano e Decolonialidade.

A pesquisa em questão concentrou-se no estudo de um grupo específico: *o Coletivo Público Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência*. Este coletivo busca destacar as necessidades das mulheres com deficiência, focando nas diversidades corporais e abordando questões muitas vezes excluídas de outros movimentos feministas (acessibilidade atitudinal, acessibilidade arquitetônica, acessibilidade digital, acessibilidade nas comunicações, sexualidade de mulheres com deficiência etc.).

O texto destaca a importância das redes sociais digitais para grupos marginalizados, como o das mulheres com deficiência, proporcionando um espaço de luta e transformações social, por meio da observação dos processos formativos diante de ações relacionadas ao empoderamento do grupo social,

grupo feminista de mulheres com deficiência, ressaltando a exclusão persistente das mulheres com deficiência no contexto feminista.

A invisibilidade das mulheres com deficiência nos movimentos sociais feministas é destacada como um desafio a ser enfrentado, evidenciando a necessidade de reconhecimento e inclusão do aludido grupo. A pesquisa buscou compreender como o *Coletivo Feminista Helen Keller* utiliza as redes sociais digitais para promover empoderamento e processos formativos das mulheres com deficiência. A análise de conteúdo dos comentários e publicações da página do Coletivo, juntamente com a análise documental do Guia "Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania" (2020), são as abordagens metodológicas utilizadas para explorar essas dinâmicas.

De acordo com o Guia Mulheres com deficiência: Garantia de Direitos para a Cidadania (2020), o *Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência* possui mais de 50 integrantes em todo o Brasil. As integrantes do Coletivo, em sua maioria, são mulheres com deficiência, pesquisadoras e ativistas de movimentos sociais (Bernardes, 2020).

Abaixo serão apresentadas algumas das integrantes e pesquisadoras do Coletivo, mulheres com deficiência e ativistas, as informações de cada integrante foram encontradas no próprio Guia, nas notas de rodapé de cada texto de autoria destas mulheres.

Carolini Constantino, fundadora e coordenadora de Projetos do *Coletivo Feminista Helen Keller*, é assistente social, com pós-graduação em Educação à Distância e Docência em Ensino Superior pela FAVENI e pesquisadora do tema gênero e deficiência.

Karla Garzia Luiz é membro do *Coletivo Feminista Helen Keller*, psicóloga, mestra e doutora em Psicologia Social (UFSC),

pesquisadora e membro do Núcleo de Estudos da Deficiência (NED/UFSC) e do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Florianópolis/SC.

Laureane Marília de Lima Costa (*in memoriam*¹) era psicóloga e pesquisadora, mestra em Educação (PPGE/UFJ) foi integrante do grupo de estudos do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED/UFSC) e do grupo de estudos do Laboratório de Educação Inclusiva da Universidade do Estado de Santa Catarina (LEdI/UDESC).

Thaís Becker H. é advogada, ativista, pesquisadora e mestranda em Direito pela USP. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para Inclusão Social (GEPPIS/USP), da Clínica de Direitos Humanos das Mulheres (CDHM/USP) e o Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED/UFSC).

Vitória Bernardes é psicóloga e integrantes do *Coletivo Feminista Helen Keller*, da União Brasileira de Mulheres e atua como Conselheira Nacional de Saúde (CNS) e Conselheira Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Rio Grande do Sul (COPEDE/RS).

Como já dito anteriormente, além da análise documental do Guia, foi realizada uma análise de conteúdo dos comentários e publicações da página do Coletivo. Para isso, utilizou-se a margem temporal de janeiro de 2022 e dezembro de 2022 para início da construção dos dados das publicações na página do Coletivo no Instagram. Seguindo esta margem temporal de janeiro de 2022 a dezembro de 2022, foram encontradas 54 publicações na página do Instagram do Coletivo.

Depois, das 54 publicações, foram selecionadas as publicações com maior engajamento, compreendendo que a interação do público perante determinado conteúdo publicado na rede pode ajudar a entender de que forma tal conteúdo é

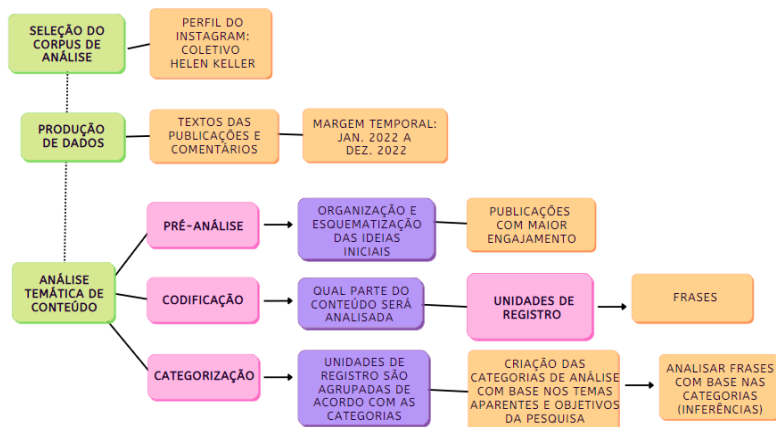
¹ Faleceu em 17 de outubro de 2023.

entendido pelos sujeitos que acompanham o perfil e de que maneira o conteúdo publicado chega até as pessoas. Destas 54 publicações, foram selecionadas 5 com o maior número de comentários.

Como intenção de análise buscou-se compreender: a) o uso de plataformas digitais, por um coletivo feminista de mulheres com deficiência; b) estudar se de fato o uso das redes sociais digitais pode gerar empoderamento e processos formativos para esse grupo social.

A seguir é possível observar uma imagem de esquematização organizacional do processo de análise realizado durante a pesquisa da dissertação oriunda desta publicação, que objetiva apresentar, num formato visual, a seleção do *corpus* de análise, a produção de dados e a análise temática de conteúdo. Tal esquematização foi produzida com base nas explicações de Bardin (1977) a respeito do processo de análise quanto aos procedimentos metodológicos para pesquisas envolvendo a análise temática de conteúdo.

Imagem 1 - Esquematização do processo de análise



Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Ressalta-se que neste texto atual serão apresentadas relações encontradas, após realização da pesquisa, entre Feminismo, Empoderamento Freiriano e Decolonialidade no uso da rede social digital, *Instagram*, pelo grupo social especificado *Coletivo Feminista Helen Keller*.

Breve referencial teórico a respeito das redes sociais digitais

No atual contexto, a maneira como os sujeitos se relacionam com a informação e com os outros, nas redes *online*, tem se transformado a cada dia e a forma como produzem e acesam o conhecimento também. Com a presença massiva das plataformas digitais, os sujeitos produzem, consomem, distribuem e lidam com informação diariamente, numa velocidade nunca vista antes.

Nas redes sociais é possível seguir uma via por dois lados. Se tratando do uso das redes sociais para a divulgação de conhecimento, informação e produção de conteúdo, a rede garante um amplo espaço de possibilidades. Porém, é sempre importante levar em consideração os ataques que a rede também permite, como é o caso da pornografia, da disseminação de mensagens de ódio, do racismo, de preconceitos, de perseguição, de *fake news* etc. Desta maneira, vale ressaltar que, "[...] nem tudo na cibercultura acrescenta à plena constituição dos seres humanos" (Pesce & Bruno, 2015, p. 351-352) e que "[...] a cibercultura precisa ser vista em sua ambivalência" (Rüdiger, 2011, p. 69; Lapa et al., 2015, p. 2).

As plataformas digitais podem se tornar espaços públicos de formação e potencialmente esferas públicas, conforme apontado por Lapa, Coelho e Schwertl (2015). Elas facilitam a construção de narrativas que envolvem saber, identidade e racionalidade, promovendo a compreensão de si

mesmos enquanto sujeitos, como destacado por Junqueira e Paz (2019); portanto, possibilitam que grupos sociais se conectem e interajam, criando comunidades virtuais que se baseiam em interesses comuns e no sentimento de pertencimento.

É nas redes sociais que os grupos encontram espaços de trocas, de conhecimento e luta. Assim como para Souza (2013) que relata que pessoas com deficiência encontram nas redes espaço de luta e de reivindicação, Rodembusch e Augsten (2017) acrescentam que,

[...] grupos caracterizados como minorias sociais como negros, mulheres e a comunidade LGBT encontram no ciberespaço e nas plataformas de redes sociais um propulsor de debates públicos e uma possibilidade efetiva de expressão, de assumir uma posição e uma opinião. Essas minorias estavam até então à margem das arenas públicas de discussões (p. 62).

Através do uso das redes, enquanto espaços para debates, discussões e trocas, essas plataformas permitem uma ampliação do conhecimento e dos processos formativos. Relaciona-se desta forma o uso das redes sociais digitais com as práticas de educação não-formal, sendo esta uma educação em que os valores podem ser passados através do contato com o outro (Mattei, 2019), seja família, amigos ou durante a formação de um grupo social.

Desta maneira, o uso das redes sociais por grupos sociais pode possibilitar interação quanto a aspectos envolvendo os processos formativos através do contato com o outro por meio de uma conectividade *online*.

A seguir busca-se apresentar brevemente a história do feminismo e as lutas das mulheres com deficiência no Brasil.

Sobre feminismos e a luta de mulheres com deficiência

Os ideais feministas a favor das mulheres estão presentes na nossa história há muitos anos, em uma busca pelo fim da desigualdade de gênero e com lutas que atingem as esferas social, política e econômica. Após estudos sobre os feminismos, suas vertentes e epistemologias, ressalta-se que neste texto serão apresentados os estudos a respeito dos feminismos que mais se adequam a este texto, trazendo, desta maneira, estudos que envolvem os feminismos e as redes sociais, bem como modelos de movimentos sociais feministas de mulheres com deficiência.

A chamada primeira onda do feminismo surgiu quando mulheres se uniram em busca de uma inserção na política e na economia.

O que hoje chamamos de primeira onda feminista foi se formando aos poucos em muitos países da Europa e das Américas, assim como da Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Bulgária, Ucrânia, Hungria, Tchecoslováquia etc. E essa formação deu-se em meio a um processo intenso de lutas, materializadas em associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, manifestações, greves, congressos, passeatas (Zirbel, 2021, p. 13).

A segunda onda compreendeu

[...] metade da década de 1960 e início da década de 1970 e não se concentraria “na única exigência de igualdade, mas no reconhecimento da impossibilidade social de fundar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal (Fougeyrollas-Schewebel, 2009, p. 145 apud Araújo e Silva-Reis, 2018, p. 205).

Na terceira onda do feminismo, com o início na década de 1990, questões sobre interseccionalidade passaram a ser consideradas pelo movimento feminista. Considerando que,

[...] a categoria mulher passa, de fato, a englobar outros aspectos, como raça, orientação sexual e identidade de gênero, por meio da abordagem humanista do chamado feminismo negro, que prioriza em suas análises as relações interseccionais de tais aspectos da opressão, que pesam, simultaneamente, sobre as pessoas, e, sobremaneira, sobre as mulheres negras (Ribeiro, 2017 apud Araújo e Silva-Reis, 2018, p. 205).

Dessa maneira pode-se compreender a relação entre o movimento feminista com o empoderamento das mulheres, num processo de conscientização política, através das trocas e reflexões coletivas (Sardenberg, 2018).

Segundo Glossário Valente (n.d.), a quarta onda do feminismo, marcada pela reflexão sobre experiências diversas e pela utilização de tecnologias digitais, destaca-se pelo ativismo *online*, especialmente nas redes sociais.

[...] pela reflexão e a consciência sobre as diferentes experiências das mulheres a partir da articulação de gênero com outros marcadores sociais, como raça e classe (podemos chamar de feminismos da diferença), assim como perpassada por novas formas de organização, mais autônomas e horizontais, e impulsionada pelo uso das tecnologias digitais (Glossário Valente, n.d., p. 4).

É, portanto, relacionada ao uso da tecnologia das redes sociais digitais, como é o caso do *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, *Youtube* etc., como forma de expor assédios, denúncias, contestar a misoginia e as diversas formas de desigualdade de gênero.

No Brasil, a quarta onda feminista, de acordo com publicação no Glossário Valente (n.d.), deu-se após mulheres se unirem nos meios *online* das redes para protestarem nas ruas (*offline*) contra o Projeto de Lei 5069/13², que previa negar o atendimento do SUS (Sistema Único de Saúde) às vítimas de violência sexual, por caracterizar crime contra a vida qualquer tipo de ação que provoque o aborto.

Com relação aos movimentos que envolvem mulheres com deficiência, segundo Ferri e Gregg (1998 *apud* por Mello, 2014, p. 27) “[...] as mulheres com deficiência têm sido historicamente negligenciadas tanto pelos movimentos feministas quanto pelos movimentos de pessoas com deficiência”. De acordo com a pesquisa da autora Mello (2014), a relação entre mulheres com deficiência e os movimentos feministas possuem diferentes perspectivas. Para a autora, existem estudos que abordam a ideia de que, para que haja uma inclusão das mulheres com deficiência aos movimentos feministas, deve ser compreendida pelos movimentos feministas a visão de que, além dos marcadores sociais como classe social, orientação sexual, raça e etnia, a deficiência e o gênero promovem outras formas de opressão.

A autora Anahí Guedes de Mello ressalta a importância de compreender os outros marcadores sociais, além da deficiência, como o caso do gênero, de mulheres com deficiência, a relação do cuidado, o capacitismo, a violência e a opressão contra essas mulheres.

De fato, as mulheres com deficiência experimentam com maior intensidade situações de violência e de exclusão social do que os homens com deficiência e as mulheres sem deficiência, em parte devido aos valores patriarcais domi-

² Projeto de Lei 5069/13. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/565882>. Acesso em: 17 jul. 2024.

nantes em sociedades contemporâneas. Nesse sentido, as mulheres com deficiência estão em dupla desvantagem devido a uma complexa discriminação baseada em gênero e deficiência e, conseqüentemente, enfrentam uma situação peculiar de vulnerabilidade, cuja complexidade pode ser evidenciada de modo mais contundente através da incorporação das categorias de raça/etnia, classe, orientação sexual, geração, região e religião, dentre outras (Mello & Nuernberg, 2012 *apud* por Mello, 2014, p. 27).

É importante um olhar para além da deficiência, buscar refletir sobre os espaços em que pessoas com deficiência estão e se são “colocadas” em posição como protagonistas. Para a autora Anahi Guedes de Mello (2014, p. 25),

Nos últimos anos o campo dos estudos feministas cada vez mais têm articulado gênero com outras categorias sociais como classe, raça/etnia, orientação sexual, geração, região e religião, dentre outras. Isso resulta da emergência de demandas no bojo do feminismo (ADRIÃO, 2008), na qual o desafio de considerar a diversidade de seus sujeitos políticos leva a avaliar diferenças e a pluralidade do contexto político. Por outro lado, as políticas de inclusão para as pessoas com deficiência no Brasil, alavancadas pelos movimentos sociais, acabaram por proporcionar maior visibilidade a esse grupo social, fazendo com que esta singularidade - a deficiência - demande reflexão e análise.

Nessa constante desconstrução, é necessário e fundamental compreender a importância de lutar contra a opressão e a invisibilidade de pessoas e mulheres com deficiência. Essa visão enxerga a importância de não “rotular” as pessoas por suas deficiências, mas sim como pessoas que têm alguma deficiência e, da mesma forma, assim como pessoas sem

deficiência, fazem parte de uma classe social, gênero, raça etc., possuem outros marcadores além da deficiência, é claro.

A seguir serão apresentados os conceitos Empoderamento Freiriano e Decolonialidade, bem como a relação apresentada entre o uso das redes sociais por grupos sociais e uma possível transformação social.

Empoderamento freiriano e decolonialidade

Paulo Freire em diálogo com Ira Shor no livro *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor* (2021) trata a respeito do empoderamento como sendo uma ação social, que gera como resultado uma transformação coletiva, trazendo uma diferença, por exemplo, com relação ao empoderamento individual.

Na perspectiva freireana, o empoderamento individual, fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, é fundamental, mas tal aprendizagem precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade. A pergunta que se coloca, segundo Freire (2003, p. 136), é: "a favor de quem e contra quem eles usam sua nova liberdade na aprendizagem e como é que essa se relaciona com os outros esforços para transformar a sociedade [?]" (Baquero, 2012, p. 181).

É através do diálogo, da interação com o outro que as trocas ocorrem e que as transformações surgem. Segundo Paulo Freire e Ira Shor (2021), o diálogo permite o surgimento do pensamento crítico. "Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade." (Freire e Shor, 2021, p. 170).

Nessa perspectiva, o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (Baquero, 2012, p. 181).

Através deste olhar que ressalta a importância do diálogo para uma construção crítica, de descobertas e aprendizados, buscou-se desenvolver as características do uso das redes sociais pelo grupo social já antes apresentado, principalmente tendo como viés o Empoderamento Freiriano. Salienta-se que, Paulo Freire ressalta a importância da conscientização crítica do sujeito num processo que envolve uma relação dialética entre o homem e o outro.

O empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Mas isso não se dá no vazio, numa posição idealista, segundo a qual a consciência muda dentro de si mesma, através de um jogo de palavras num seminário. A conscientização é um processo de conhecimento que se dá na relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão, isto é, se dá na práxis (FREIRE, 1979). Conscientizar não significa manipular, conduzir o outro a pensar como eu penso; conscientizar é "tomar posse do real", constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade; envolve um afastamento do real para poder objetivá-lo nas suas relações (Baquero, 2012, p. 181).

Além de uma conscientização crítica, Berth (2019) também ressalta que a perspectiva freiriana a respeito do empoderamento

[...] serve inegavelmente para a compreensão de caminhos e estratégias de erradicação de desigualdades, e inclusive é um dos alicerces do pensamento da feminista negra norte-americana bell hooks, [...], mas vale dizer que tanto ela quanto outras pessoas que se debruçaram sobre o tema sofisticaram a análise ao refletir as intersecções de grupos que combinam opressões (Berth, 2019, p. 43-44).

O conceito de empoderamento freiriano, portanto, representa a ideia de ações de fortalecimento dos grupos sociais, sempre trazendo a ideia do coletivo e social e não apenas de transformações individuais.

Para Freire (1986), o empoderamento deve estar relacionado a ações coletivas, por meio das quais um dado grupo social consiga realizar, com autonomia, as mudanças que o levem ao fortalecimento, com vistas à promoção de transformações qualitativas das dinâmicas sociais (Marfim e Pesce, 2019, p. 25).

Considerou-se, portanto, que o empoderamento freiriano se adequa aos estudos e análise da pesquisa de dissertação aqui já apresentada, pelo foco na transformação social, numa ação coletiva, de um movimento feminista de mulheres com deficiência.

A decolonialidade, portanto, apresenta preceitos de resistência e desconstrução de padrões e perspectivas que foram impostas aos povos subalternos durante o período colonial. Compreende-se que a decolonialidade pode ser explicada

[...] a partir da compreensão de que com o fim do colonialismo, como uma constituição geopolítica e geohistórica da modernidade europeia ocidental, a divisão

internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos Estados-nação na periferia não se transformaram significativamente, ao contrário, o que tem acontecido é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global (Curiel, 2018, p. 37-38).

Buscando desafiar estruturas coloniais e o pensamento eurocêntrico que ainda prevalecem em muitas sociedades, a decolonialidade reconhece o grande impacto sofrido nas relações de poder e conhecimento, após o período colonial.

A autora Catherine Walsh (2023) apresenta um estudo em que relaciona a interculturalidade com a decolonialidade, explicando que ambas caminham juntas pela ação e luta contra os padrões de poder que negam, controlam e dominam os seres, saberes e forma de viver dos sujeitos; compreendendo a interculturalidade como

[...] un proceso permanente de relación, comunicación y aprendizaje entre personas, grupos, conocimientos, valores y tradiciones distintas, orientada a generar, construir y propiciar un respeto mutuo, y a un desarrollo pleno de las capacidades de los individuos, por encima de sus diferencias culturales y sociales (Walsh, 2005, p. 4).

A interculturalidade, portanto, reconhece e valoriza a diversidade cultural, buscando promover diálogo, troca e respeito entre grupos existentes, o que é possível analisar e observar como características de grupos sociais feministas que utilizam as redes sociais digitais a fim de compartilhar conhecimento, informação e espaços de trocas. Por isso, é importante conhecer e relacionar o conceito às lutas feministas, visto que todas as pessoas possuem diferentes marcadores, não existindo uma única forma de ser mulher, uma única luta.

Sendo o conceito de decolonialidade um processo de resistência e desconstrução de padrões impostos, relaciona-se a interculturalidade e a decolonialidade, quando pensadas com o intuito de desenvolver ações contra padrões dominantes e opressores nas sociedades.

En sí, la interculturalidad intenta romper con la historia hegemónica de una cultura dominante y otras subordinadas y, de esa manera, reforzar las identidades tradicionalmente excluidas para construir, en la vida cotidiana, una convivencia de respeto y de legitimidad entre todos los grupos de la sociedad (Walsh, 1998, *apud* Walsh, 2005, p. 4).

Dessa forma, relacionando o feminismo à decolonialidade e à interculturalidade, evidencia-se a intenção transformadora de ambos os conceitos, quando pensados na perspectiva de um combate ao patriarcado e a todas as outras formas de opressão contra as mulheres, em uma perspectiva cultural e histórica; enfim, uma luta contra as estruturas e normas de poder que perduram desigualdades.

Diferentemente de outras vertentes, o feminismo decolonial foge à regra de que a luta feminista se baseia na questão do gênero, o considerando também; porém, levando em consideração que,

[...] tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. foram constitutivos da episteme moderna colonial, não são simples eixos de diferenças, mas são diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o sistema colonial moderno produziu (Curiel, 2018, p. 45).

Nota-se a importância de uma perspectiva interseccional, que envolve gênero, sexualidade, raça e decolonialidade, bem como reflete a respeito dessas interações, a partir de uma (des)construção dialética. A luta por igualdade deve ser constante, visto que a divisão de hierarquias é nociva às relações, devendo ser constante a luta por uma igualdade do poder em todos os povos da humanidade.

Uso das redes sociais digitais por grupos sociais

Paulo Freire e Ira Shor (1986, *apud* Bruno e Pesce, 2015) nos trazem um importante papel da educação quando se referem à promoção de práticas sociais contribuintes para uma possível construção de capital cultural de grupos sociais desfavorecidos.

Freire (1986) apresenta que os movimentos sociais contêm aspectos da educação que muitas vezes não percebemos, uma autonomia que falta à sala de aula formal. Esses movimentos são compreendidos como “um momento, ou um processo, ou uma prática onde estimulamos as pessoas a se mobilizar[em] ou a se organizar[em] para adquirir poder” (Freire, 1986, p. 47, *apud* Mattei, 2019, p. 63).

Para os movimentos sociais, as redes digitais podem trazer uma potencialidade de desenvolvimento, visto que a formação de grupos sociais tem crescido exponencialmente. Para Mattei (2019, a partir dos estudos de Antoun, 2006), as redes *online* possibilitam o compartilhamento de informação, conhecimento e criação de valores, para tais grupos. As redes ainda podem promover “[...] um cenário de discussão sobre temas relevantes e de comum interesse às determinadas comunidades [...]” (Mattei, 2019, p. 36).

As mobilizações que se originam na internet, no meio *online*, principalmente com a utilização das redes sociais, e se espalham para as ruas, no meio presencial, *offline*, têm transformado as formas de manifestação, reivindicação e protesto articulando novas características nas lutas dos movimentos sociais.

[...] o net-ativismo não é visto apenas como um fenômeno que se apropria das redes, mas como algo que nasce nas redes, de forma espontânea, e nelas se esvai (Miranda e Magalhães, 2017, p. 47).

Tais mobilizações podem assumir dimensões locais, como situações específicas; porém, ao mesmo tempo, podem assumir dimensões globais, pois podem ganhar adesão em todo o planeta, ou seja, são virais (Pesce e Bruno, 2015) e possuem, assim, a lógica das redes.

Manifestações e formas de protesto em um meio híbrido entre os espaços *online* e *offline* se fazem presentes há cerca de uma década. Segundo Castells (2012, p. 10), "Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio é caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias."

Marcam-se como início, os movimentos de protesto da Primavera Árabe, quando ocorreram manifestações e protestos contra os regimes ditatoriais no Oriente Médio e no norte da África entre dezembro de 2010 a meados de 2012.

As manifestações e os movimentos de protesto das revoluções árabes (de 2010 em diante), Geração à Rasca (Portugal, 2011), Occupy Wall Street (2011, que se propagou por outras cidades do mundo), Movimiento 15-M ou Indignados (Espanha, 2011), Que se Lixe a Troika (2012, em cidades portuguesas e outras), Movimento

Passe Livre (2013) e Não vai ter copa (contra a Copa do Mundo de 2014, no Brasil), utilizaram as ligações tecnológicas para protestar, mobilizar, convocar adesões e desencadear ações coletivas no espaço público. Se tiveram origem nas redes, foi no espaço público que desembocaram, lugar onde se desenrolaram as ações coletivas que, por sua vez, granjearam visibilidade nas redes, em direto e em reprodutibilidade (Twitter, Facebook, Instagram, YouTube, etc.), assim como foram divulgadas e comentadas nos media tradicionais (o que convém não esquecer, quando se reconhece o papel da televisão, como a AL Jazeera ou a BBC, por exemplo, na designada primavera árabe) (Babo, 2018, p. 220).

Tais eventos que surgiram na Primavera Árabe e demais movimentações oriundas nas redes e que delas atingem as ruas, são, segundo Di Felice (2020), um novo tipo de ação social.

As culturas ecológicas contemporâneas, as práticas de sustentabilidade, os movimentos de ativismo digital que marcaram a Primavera Árabe e os protestos continuados em todas as latitudes, através de formas de conflitualidade realizadas mediante as interações com social networks, são as expressões de um novo tipo de ação social, não mais direcionada ao externo nem apenas resultante de práticas provocadas por um condicionamento informativo ou técnico. Denominamos essas diversas e complexas interações de “net-ativismo”, termo que exprime não somente o conjunto de interações colaborativas que resultam da sinergia entre atores de diversas naturezas, mas a comum condição digital que antecede e forma pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais e territorialidades informativas, apresentando-se, segundo essa perspectiva, como a constituição de um novo tipo de ecologia (eko-logos) não mais opositiva e separatista, mas expandida e portadora de uma

substância comum que a torna reticular e conectiva (Di Felice, 2020, p. 28-29).

Os movimentos sociais em rede “[...] assumem um ativismo social, na medida em que almejam uma reforma [...]” (Castells apud Pesce e Bruno, 2015, p. 353). “O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver” (Castells, 2013, p. 177, *apud* Lapa; Coelho; Schwertl, 2015, p. 9).

Castells (2012, *apud* Bruno e Pesce, 2015) apresenta as principais características dos movimentos sociais contemporâneos. Segundo o autor, são movimentos que repudiam a violência, que não possuem uma liderança formal, possuem pautas indefinidas, são pessoas que não se sentem representadas e que têm a indignação como eixo central das demandas por mudanças e possuem capacidade para resistir e renascer a todo instante por serem movimentos de autocomunicação de massa (Castells, 2012, *apud* Bruno e Pesce, 2015).

Como dito anteriormente, os sujeitos, nas relações dentro do ciberespaço, muitas vezes estão à procura de uma união, através dos mesmos sentimentos, ideias, valores, crenças etc. (Babo, 2018), a partir dessas características, a partir dessas características, reforça-se que tais sujeitos podem constituir grupos que almejam mudanças, no aspecto coletivo.

É, então, nas redes sociais que os grupos encontram espaços de trocas, de conhecimento e luta. Assim como para Souza (2013), que relata que pessoas com deficiência encontram nas redes espaço de luta e de reivindicação, Rodembusch e Augsten (2017) acrescentam que,

[...] grupos caracterizados como minorias sociais como negros, mulheres e a comunidade LGBT encontram no ciberespaço e nas plataformas de redes sociais um propulsor de debates públicos e uma possibilidade

efetiva de expressão, de assumir uma posição e uma opinião. Essas minorias estavam até então à margem das arenas públicas de discussões (Rodembusch e Augsten, 2017, p. 62).

Procedimentos metodológicos

No que diz respeito à dimensão metodológica, a pesquisa de mestrado acadêmico em Educação relatada no presente capítulo amparou-se nos princípios e pressupostos da abordagem qualitativa, visando à construção de dados por meio das palavras (Pesce & Abreu, 2013).

Do ponto de vista tipológico, caracterizou-se como uma pesquisa exploratória que visa a proporcionar maior familiaridade com o tema (Gil, 2002).

As formas de análise se estabeleceram a partir de categorias de análise de modelo misto, por meio da análise documental do Guia “Mulheres com Deficiência: Garantia de direitos para o exercício da cidadania” e por meio da análise de conteúdo das publicações do *Coletivo Feminista Helen Keller*, aberto na rede social *Instagram*, o que foi o foco na apresentação dos dados e relatos aqui analisados.

Corpus de análise

O *corpus* de análise da pesquisa foi o perfil no *Instagram* (@coletivohelenkeller) do *Coletivo Feminista Helen Keller*, coletivo feminista aberto de mulheres com deficiência e o Guia “Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania” (2020) produzido pelo Coletivo.

Foi possível compreender que, por meio do conteúdo analisado, o Coletivo utilizou a rede *online*, desenvolvendo e compartilhando conteúdos com potencial que podem ser

relacionados ao empoderamento freiriano, a processos formativos e ao exercício da cidadania. Entretanto, as ações como denúncia e manifestações realizadas através da página aberta no *Instagram* do *Coletivo Público Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência* não tiveram espaço *offline*.

Considerações finais

Considerou-se, após a análise na pesquisa do qual este capítulo emana, que o Coletivo em questão produz conteúdo de caráter informativo, formativo e construtivo para as mulheres com deficiência, tanto na rede social, na página aberta, quanto no Guia publicado digitalmente. Nesse movimento, o grupo possibilita espaços de troca, de conhecimento, de informação, de construção coletiva, com o objetivo de lutar em prol de uma transformação social (Freire & Shor, 2021), reivindicando seus direitos e lutando pela garantia destes, bem como construindo em conjunto ações e articulações que levem em consideração as injustiças e os preconceitos vivenciados pelas mulheres com deficiência.

Considera-se, portanto, que o *Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência* se propõe a desenvolver ações que pontuem as causas de mulheres feministas com deficiência no mundo digital, demonstrando que o uso das redes sociais digitais, enquanto espaços de educação não-formal (Gohn, 2007), por movimentos sociais feministas, permite a ampliação de conhecimento e de processos formativos, em organização coletiva.

Desta maneira, concluiu-se que plataformas e recursos digitais, quando utilizados por grupos sociais em uma perspectiva crítica e emancipadora, podem contribuir, como espaços constituintes de ambiências formativas, para o empoderamento de grupos sociais.

Referências

- ARAÚJO, Cibele de Guadalupe Sousa e SILVA-REIS, Dennys. Traduzir o feminismo: um subsídio decolonizador. In: *Descolonizar o feminismo* [recurso eletrônico]: VII Sernegra / Paula Balduino de Melo [et al.], organizadora. – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2018. p. 204-219. Disponível em: https://www.academia.edu/41015284/Traduzir_o_Feminismo_Um_subsidio_decolonizador. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BABO, Isabel. Redes, ativismo e mobilizações públicas. Ação colectiva e ação conectada. *Estudos em Comunicação*, Porto, v. 1, n. 27, p. 219-244, dez. 2018. Disponível em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/481/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? - Uma discussão conceitual. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977. 225p.
- BERNARDES, Vitória. Sejam bem-vinda! In: *Guia "Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania"*. Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência. 2020. p. 3-4. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sS_5cg5sL0ONs2qtDlk4v8sNgCcUprg7/view. Acesso em: 12 nov. 2024.

BERNARDES, Vitória. Finalização. *In: Guia "Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania".* Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência. 2020. p. 136-137. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sS_5cg5sL0ONs2qtDlk4v8sNgCcUprg7/view. Acesso em: 12 nov. 2024.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 184p.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. Guia *"Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania"*, 2020. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/12359_guia_feminista_helen_keller_mulheres_com_deficiencia_.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. Quem somos. Disponível em: <https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivofeministahelenkeller>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In: Descolonizar o feminismo* [recurso eletrônico]: VII Sernegra / Paula Balduino de Melo [et al.], organizadora. – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2018. p. 32-51. Disponível em: https://www.academia.edu/41015284/Traduzir_o_Feminismo_Um_subs%C3%ADdio_decolonizador. Acesso em: 12 nov. 2024.

DI FELICE, Massimo. O net-ativismo e as dimensões ecológicas da ação nas redes digitais. PAULUS: *Revista de Comunicação da FAPCOM*. São Paulo, v. 4, n. 7, jan./jun. 2020. p. 17 - 37. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/372>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002. p. 41 - 56.

GLOSSÁRIO VALENTE. Portal Catarinas. *Revista Valente*. Disponível em: https://www.sinjusc.org.br/site/wp-content/uploads/2020/12/glossa%CC%81rios-1-2-e-3_digital.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

GOHN, Maria da Glória. *Não-fronteiras: universo da educação não-formal*. 2. ed. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2012/02/000323.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

JUNQUEIRA, Eduardo; PAZ, Tatiana. Ativismo em rede e pedagogia decolonial articulados por mulheres negras no Youtube. *Revista Teias*. EDIÇÃO ESPECIAL: Educação ativista na cibercultura: experiências plurais. v. 20, 2019. p. 22-39. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/43059/31260>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LAPA, Andrea Brandão; COELHO, Isabel Colucci; SCHWERTL, Simone Leal. As redes sociais como um espaço público educador. *In: Anais da XXXVII Reunião Anual da ANPED: PNE – tensões e perspectivas para a educação pública brasileira*, 2015, Florianópolis: Ed UFSC, 2015. v. 1. p. 1-19. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp->

content/uploads/2015/02/Trabalho-GT16-4529.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

LAPA, Andrea Brandão; LACERDA, Anderson Lopes; COELHO, Isabel Colucci. A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos. *Revista IBICT*, v. 10 n. 1 (2016): Tecnologias educacionais e educação à distância. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4170>. Acesso em: 12 de nov. de 2024.

MATTEI, Felipe. *Grupos LGBTs na internet como educação não-formal pela autorrealização identitária*. Campinas - PUC, Campinas. 2019. Disponível em: http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15266/cchsa_ppgedu_dr_Felipe_MM.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 nov. 2024.

MIRANDA, José Bragança; MAGALHÃES, Marina. Democracia e comunicação nas redes sociais digitais: o net-ativismo para além da participação sem partidos. *Paulus - Revista de Comunicação da FAPCOM*. v. 1, n. 2, 2017. p. 37-56. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/56>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MELLO, Anahí Guedes de. *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: Uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PESCE, Lucila; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. Pesquisa Qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. *Revista da FAEEBA – Educação e*

Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 19-29, jul./dez. 2013.

PESCE, Lucila; BRUNO, Adriana R. Educação e inclusão digital: consistências e fragilidades no empoderamento dos grupos sociais. *Educação* (PUC RS). v. 38, n. 03, set.-dez. 2015. p. 349-357. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21779>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RODEMBUSCHM Rodrigo; AUGSTEN, Patrícia. Afinal, quem é o protagonista? O paradoxo do empoderamento do indivíduo no Ciberespaço. *Paradoxos*, v. 2, n. 1, p. 55-68, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/paradoxos/article/view/45199>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SARDENBERG, Cecília M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SOUZA, Joana Berlamino de. *Ciberativismo e cidadania*: apontamentos sobre o uso das redes sociais pelas pessoas com deficiência e os seus coletivos. 2013. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Joana-Belarmino-de-Sousa.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

WALSH, Catherine. La interculturalidad en la Educación. 2005. p. 4-20. Disponível em: https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/La%20interculturalidad%20en%20la%20educacion_0.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

WALSH, Catherine. *Agrietar la Universidad* - Reflexiones interculturales y decoloniales por/para la vida. 2023. p. 113-154. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/?p=2575>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ZIRBEL, Ilze. *Ondas do feminismo*. Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia. V.7, N.2, 2021. p. 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.